

ACERTO EXTERNO

Parlamentares vêm espaço para diálogo entre o País e o FMI

Quirino Sotero

por Paulo Sotero
de Washington

Ao receber, na tarde de ontem, os quatro senadores brasileiros da comissão especial do Senado sobre a dívida externa, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, fez uma brincadeira, lembrando a imagem de satã que o Fundo tem no Brasil. "Nós viemos aqui para exorcizá-lo", respondeu, no mesmo tom, o líder da delegação, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Na superfície, o exorcismo parece ter funcionado. Ao final de uma hora e meia de conversa, os senadores deixaram o prédio do Fundo convencidos de que o FMI, sob Camdessus, é sensível à necessidade de conciliar o ajustamento da economia com a preservação do crescimento. Por isso — afirmaram os parlamentares — há espaço para um diálogo entre o Brasil e o Fundo.

Ao falarem, contudo, sobre os possíveis resultados que este diálogo poderá produzir, os senadores apressaram-se em esclarecer que os brasileiros ainda não estão prontos a aceitar um acordo formal com o Fundo. E, tocando numa questão sensível e cuja importância se tornará evidente nas próximas semanas, acrescentaram que o governo federal não tem condições políticas de cortar drasticamente os recursos dos estados e municípios para reduzir o déficit público.

"NÃO HA CLIMA"

Os senadores disseram a Camdessus que, em nenhuma hipótese, vêem clima para o Brasil "ir ao Fun-

Mas deixaram aberta a possibilidade de "o Fundo ir ao Brasil". Como, porém, também disseram ao diretor-gerente do FMI que o País não aceitará nenhum monitoramento de sua economia por parte da instituição, o exorcismo poderá acabar não tendo efeito prático algum, pois o Fundo não desenvolveu, até agora, nenhum programa de empréstimo que exija o monitoramento. Fica difícil, portanto, resolver o problema prático que o Brasil tem, com a instituição, que é o de pagar uma conta de juros e amortizações de US\$ 1,1 bilhão neste ano.

De acordo com fontes oficiais de Washington, em todas as portas do governo americano que bateram, os senadores ouviram, com pequenas variações, que o acordo com o Fundo é necessário para o entendimento entre o Brasil e seus credores — a começar pelos oficiais.

Falando a este jornal, o senador Fernando Henrique Cardoso classificou de "ortodoxa" a exposição que a delegação ouviu do secretário do Tesouro americano, James Baker, com quem esteve durante uma hora, na manhã de ontem.

Perguntados se tinham alguma sugestão sobre como o Brasil poderá levantar o dinheiro de que precisa para pagar ao Fundo, sem recorrer ao próprio, os senadores disseram que a pergunta não deve ser feita a eles, mas sim ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

"Nós explicamos a Camdessus que, por várias razões, não há condições de aproximação do governo com o FMI", disse o senador Fernando Henrique Cardoso sobre o encontro com Camdessus. "O que nós gostaríamos que acontecesse é que o governo brasileiro definisse um programa econômico por conta própria, sem interferências. Ele concordou com isso, dizendo que não espera-
va outra coisa."

PALAVRAS DE SIMPATIA

"Camdessus disse que

Michel Camdessus

quem pode e deve saber realmente qual é o melhor critério para a condução da política econômica brasileira é o próprio governo brasileiro, a sociedade brasileira", emendou o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS).

"Ele compreende que nós tenhamos esse compromisso com a preservação do crescimento, que não é negociável. Camdessus teve palavras de simpatia ao analisar o quadro econômico brasileiro. Acho que o clima que encontramos é de expectativa. Há clima para o diálogo. A questão é saber como evoluirá a economia brasileira em seu todo, à luz das diretrizes tomadas e que nos parecem alvissareiras", acrescentou Chiarelli.

O representante da oposição na delegação, o senador Virgílio Távora (PDS-CE), descreveu o encontro como "uma conversa abertíssima, que seis meses atrás seria impossível.

Dissemos, claramente, qual é a posição do Brasil — como nós entendemos os nossos problemas, o plano de ação que o governo está executando e o programa macroeconômico que será comunicado não apenas à comunidade internacional, mas também aos brasileiros. Foi uma conversa franca, pois ele soube, logo no início, que não se pode nem pensar num acordo entre o Brasil e o FMI".

"Ficou clara uma coisa: o Brasil não virá ao FMI", enfatizou Chiarelli. "O que se notou é que Camdessus parece entender melhor a realidade econômica brasileira e pode até acontecer que o FMI queira ir ao Brasil."

DEFICIT PÚBLICO

Indicando outro tema importante da conversa — e que, pelas escassas informações disponíveis, está no centro das preocupações da missão do Fundo que está atualmente no Brasil, realizando a visita anual de consulta —, Cardoso disse que, além das dificuldades para a negociação de um acordo formal com o FMI, "nós fomos bastante claros também quanto à questão do déficit público, na qual eles insistem tanto. Nós dissemos que não temos condições de deixar os estados e os municípios à míngua. Para nós, o principal é manter uma política que preserve um mínimo de bem-estar à população".

Na agenda de compromissos dos parlamentares, constam, para hoje, encontros com dois senadores democratas americanos e uma visita ao Banco Mundial, onde conversarão com o presidente da instituição, Barber Conable. Ontem, além de Camdessus e Baker, os senadores estiveram com o secretário geral da Organização dos Estados Americanos, embaixador João Baena Soares, e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Ortiz Mena.

Amanhã, eles estarão em Nova York, onde conversarão com banqueiros e executivos de empresas americanas com interesses no Brasil.